

Conflito e Abuso de Poder: os obstáculos para a paz em Nagorno-Karabakh à luz da Teoria de Raiz Narrativa¹

João Pedro Carvalho Bettin²

RESUMO

A partir do processo analítico de elementos e estruturas narrativas presentes nos discursos oficiais das lideranças da República da Armênia e da República do Azerbaijão, o presente artigo procura compreender as possíveis razões para que os conflitos na região de Nagorno-Karabakh ainda persistam até os dias de hoje, e como as narrativas construídas pelas duas nações influenciam nesse processo. Para tanto, observa-se que as contribuições de Solon Simmons, apresentadas em sua Teoria de Raiz Narrativa, são capazes de amparar a análise proposta aqui com o arcabouço teórico condizente às necessidades metodológicas. A hipótese imagina que as narrativas das duas nações apoiam a perpetuação das animosidades, evitando a abertura para discussões acerca de acordos de paz duradouros.

Palavras-chave: Conflito; Raiz narrativa; Armênia; Azerbaijão; Nagorno-Karabakh; Paz.

Conflict and Abuse of Power: the obstacles to peace in Nagorno-Karabakh in the light of Root Narrative Theory

ABSTRACT

Based on the analytical process of elements and narrative structures present in the official speeches of the leaders of the Republic of Armenia and the Republic of Azerbaijan, this article seeks to understand the possible reasons why conflicts in the Nagorno-Karabakh region still persist until the days of today, and how the narratives constructed by the two nations influence this process. To this end, it is observed that the contributions of Solon Simmons, presented in his Narrative Root Theory, are capable of supporting the analysis proposed here with the theoretical framework consistent with methodological needs. The hypothesis imagines that the narratives of the two nations support the perpetuation of animosities, preventing openness to discussions about lasting peace agreements.

Key-words: Conflict; Root Narrative; Armenia; Azerbaijan; Nagorno-Karabakh; Peace.

¹ Artigo apresentado como trabalho de conclusão de curso de Bacharelado em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, orientado pelo Prof. Aureo Toledo.

² Discente do curso de Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI/UFU). E-mail: jp_bettin@ufu.br

1. INTRODUÇÃO

A paz em Nagorno-Karabakh, um território localizado no Cáucaso e disputado entre a Armênia e o Azerbaijão, pode ser considerada como um dos maiores desafios para os pensadores de paz. Após a guerra no território, que durou seis semanas em 2020 – deixando milhares de mortos e deslocados – as partes em conflito assinaram um acordo de cessar-fogo mediado pela Rússia, que previa a devolução de alguns territórios ocupados pela Armênia e Azerbaijão, bem como a presença de um contingente de manutenção da paz da Federação Russa na região conflituosa (Kremlin, 2020).

No entanto, o acordo não resolveu a questão do status político de Nagorno-Karabakh, também chamado de Artsakh pelo povo armênio, que continua sendo reivindicado por ambas as nações. Ademais, esse acordo gerou insatisfação e protestos na Armênia, em que a população revoltosa considerou essa assinatura uma traição à nação, além de consolidar sua derrota moral. Sob outro enfoque, o acordo foi celebrado pelo Azerbaijão, que recuperou parte do seu território perdido em uma guerra anterior que ocorreu na mesma região, entre 1988 e 1994 (Gomes, 2023).

Esse conflito, que tem raízes históricas e culturais, envolve também questões geopolíticas e estratégicas, que afetam não apenas as partes diretamente envolvidas, mas também outros atores regionais e globais. A região do Cáucaso, onde se situa Nagorno-Karabakh, é uma área de grande diversidade étnica, religiosa e linguística, mas também de grande instabilidade e vulnerabilidade. A região é atravessada por importantes rotas de transporte de energia, que ligam a Europa e a Ásia, e é marcada por disputas de influência entre potências como a Rússia, a Turquia, o Irã, os Estados Unidos e a União Europeia. A região é palco de disputas marcadas pelos conflitos étnicos, nacionalistas e separatistas, que ameaçam a segurança e a integração regional (Patrício e Vono, 2021).

A guerra de 2020 em Nagorno-Karabakh evidenciou a fragilidade do equilíbrio de forças na região, bem como a necessidade de uma solução pacífica e duradoura para o conflito. O acordo de cessar-fogo, embora tenha posto fim às hostilidades, não só foi incapaz de resolver as causas profundas do problema, como expôs tensões e ressentimentos entre as partes, que continuam a se ver como inimigas e a se acusarem mutuamente de violações do acordo. Essa perpetuação de conflitos cíclicos, aliadas às tensões históricas e culturais que perduram até os dias atuais, resultam na produção de narrativas nacionais em ambos os países, que expõem de maneira radical as injustiças praticadas pelo país inimigo, impulsionando as hostilidades na região (Loureiro e Porto, 2021). Reconhecendo que essas narrativas produzidas entre as duas

nações possuem importância ímpar para o entendimento das dinâmicas na região, surge então o seguinte problema: quais são os obstáculos que impedem a Armênia e o Azerbaijão de chegar a um acordo de paz definitivo? Como as narrativas de cada país influenciam na perpetuação desse conflito?

Na tentativa de responder essas questões, o presente artigo tem como proposta apresentar uma investigação que compreenda as possíveis causas que impedem uma paz duradoura na região de Nagorno-Karabakh, mediante influência que as narrativas políticas de ambos os países possuem na perpetuação desse conflito. Para tanto, o veículo de análise escolhido é denominado de Teoria da Raiz Narrativa (Simmons, 2020), uma abordagem desenvolvida pelo pesquisador de análise e resolução de conflitos Solon Simmons, que procura fornecer uma teoria narrativa do conflito que explique os diferentes tipos de abusos de poder social que aparecem na sociedade humana e na história humana, tudo para compreender como interesses, valores e emoções se cruzam em conflitos que surgem através do choque de diferentes “raízes narrativas”.

A partir da premissa apresentada acima, este artigo foi dividido em quatro seções. A primeira seção é voltada para apresentar de maneira sintética a abordagem teórica estabelecida pela Teoria da Raiz Narrativa, exibindo os parâmetros metodológicos necessários para a aplicação analítica da teoria em questão. Em seguida, a segunda seção tem como objetivo a exposição do histórico existente do conflito em Nagorno-Karabakh, com a intenção de compreender a origem da animosidade entre Armênia e Azerbaijão. Já na terceira seção, a finalidade é de empregar a abordagem teórica como ferramenta metodológica na análise de dados narrativos produzidos pelos dois países - neste caso, a base material a ser analisada serão os discursos oficiais proferidos, respectivamente, pelo 1º Ministro armênio e o Presidente azeri, a partir de 2020. Por fim, a quarta seção corresponde à apresentação de uma reflexão final produzida a partir dos resultados analíticos do artigo, sob a hipótese de que as narrativas disseminadas pelas duas nações contribuem na perpetuação das animosidades, através de elementos que impossibilitam a abertura para a possibilidade de discussões otimistas acerca de acordos de paz duradouros, muito menos definitivos.

2. ABORDAGEM TEÓRICA

A Teoria da Raiz Narrativa foi concebida para elucidar as fontes de divergência radical, que se aprofundam em concepções fundamentais de poder, injustiça e valores essenciais. As divergências radicais são disputas enraizadas em diferentes visões de mundo, onde há uma

lacuna na determinação do que é certo e errado, e como discernir essa diferença. Nessas divergências, ocorre uma incomensurabilidade das perspectivas, uma lacuna interpretativa que obstrui a comunicação produtiva, ignorando essa discrepância. John Burton delineou esse desafio com uma distinção entre o que chamou de disputas e conflitos. Enquanto as disputas são desacordos dentro de um sistema interpretativo, os conflitos representam divergências entre sistemas interpretativos e normativos. Enquanto as disputas podem ser resolvidas, os conflitos exigem análise e resolução (Simmons, 2020). A Teoria da Raiz Narrativa visa ajudar os analistas a preencher as lacunas comuns de interpretação, explicando como as interpretações ou narrativas de certos conflitos operam.

O ponto de partida dessa teoria é uma revolução fenomenológica que pressupõe que a ação humana surge em algum lugar entre o pior e o melhor da natureza humana, entre a razão e a emoção, em um espaço mais bem descrito como razão substantiva ou narrativa. A narrativa busca abordar relatos de ações passadas e planos futuros que incorporam teorias de mudança e critérios de avaliação, tanto quanto cálculos racionais do que pode acontecer no mundo, quanto afirmações morais sobre como devemos nos sentir sobre esses eventos (Simmons, 2020).

O que diferencia a Teoria da Raiz Narrativa de outras abordagens da narrativa e do conflito é a sua suposição sobre a relação entre poder e justiça. A maioria das teorias narrativas posteriores a Foucault preocupam-se com o poder e a sua relação com as reivindicações de verdade, mas tendem a se concentrar nos efeitos distorcidos do poder sobre a verdade, enfatizando a capacidade de atores poderosos ou talvez de discursos desencarnados de impor um sentido do que é verdadeiro àqueles que são incapazes de resistir (Foucault, 2013; 2019). Na Teoria da Raiz Narrativa, o poder define uma narrativa, mas não como uma distorção da verdade que serve aos interesses dos poderosos. O poder é aqui tomado como um fenômeno fundamentalmente ambivalente que tem efeitos morais sobre aqueles que o vivenciam (Fraser, 2009). Aqueles que apoiam os efeitos de qualquer instância de poder em ação a verão não apenas como boa, mas também como algo dado, natural ou desnecessário de questionar. Um exemplo seria o uso do poder militar para proteger as pessoas de ataques terroristas. Aqueles que se opõem aos efeitos desse poder, explicado acima, veem de uma forma bastante diferente – os próprios militares como uma expressão de opressão e abuso. Isso cria uma lacuna na interpretação do poder, que é a base da incomensurabilidade moral no conflito.

A discordância radical está enraizada em histórias incompatíveis sobre poder, onde o abuso de poder define essas narrativas. Quando dois relatos diferem, mas não implicam em abuso de poder por nenhuma das partes, a disputa pode ser resolvida através da introdução de novas informações. Porém, em um desacordo ou conflito radical, as partes precisam aceitar a

história do outro, que presume que cada lado abusou do poder de uma forma que produziu injustiça (Shapiro, 2017). A menos que a injustiça seja reconhecida de forma satisfatória, há pouca esperança de uma resolução racional do conflito. Portanto, a análise produtiva requer a identificação das diversas formas de poder e suas correspondentes formas de injustiça (Avruch, 2015).

Existem muitas tradições teóricas no estudo do poder, mas aquela que é mais útil para explicar a ligação entre o poder abusivo e a injustiça é a de Max Weber (Weber, 2015). Weber definiu o poder como a capacidade de realizar os objetivos de alguém sobre a oposição de outro. Os próprios esforços de Foucault descreveram como o poder se espalha pelos capilares – os canais mais pequenos – da vida social e estrutura os nossos autoconceitos, mas nem as faces estruturais nem as normativas do poder substituem o valor do modelo weberiano para especificar narrativas de conflito, que enfatiza o poder de um antagonista de impor sua vontade a outra parte. Transformada em uma história primitiva, temos uma raiz narrativa que, de forma esquemática, seria assim: “O antagonista usa o poder abusivo para criar injustiça para o protagonista.” (Simmons e Williams, s.d.).

Na história primitiva – termo utilizado pelo autor para caracterizar a forma mais básica e, portanto, primitiva (ou ainda, primária) de como essa história poderia ser expressada – o antagonista utiliza o poder para abusar do protagonista, que sofre a injustiça, mas ao mesmo tempo se posiciona em relação ao poder para superá-la e produzir justiça. A história completa pode ser lida, o antagonista usa o poder abusivo/para criar injustiça para o protagonista/que supera o poder social para restaurar a justiça. Na raiz narrativa, o protagonista é vítima no meio da história e herói no final. A característica definidora é a relação recíproca entre poder abusivo e injustiça, a relação de poder e justiça (Simmons, 2020).

O modelo weberiano oferece utilidade em outra perspectiva: não apenas delimita o poder em suas dimensões narrativas como uma ação realizada contra a vontade de outro, mas também delinea os mecanismos institucionais do poder em sua forma fundamental. Suas categorias de classe, status e taxonomia partidária têm sido fonte de inspiração para estudantes de estratificação social ao longo de décadas (Gerth, Mills, 1948). Com as inovações introduzidas por neweberianos como Michael Mann e Anthony Giddens, que desmembraram o "partido" em componentes militar e governamental (Giddens, 1987; Mann, 1986), o modelo weberiano identifica quatro domínios principais de poder institucional: poder militar, poder político, poder econômico e poder de status. Essas quatro formas de poder têm correspondentes formas de injustiça associadas a elas: privação física, coerção política, concorrência desleal e desrespeito cultural. A combinação dessas quatro formas de poder abusivo com as quatro

formas correspondentes de injustiça resulta em quatro narrativas básicas. Estas estão representadas na Tabela 1, abaixo:

Narrativa Enraizada	Função do Antagonista		Função do Protagonista	
	Elemento do personagem	Elemento do enredo	Elemento do enredo	Elemento do personagem
	Antagonista	Poder abusivo	Injustiça	Protagonista
Defesa	Estrangeiros	usam violência armada	para criar privação física	no Estado
Consentimento	Governos	usam a força da lei	para criar coerção política	do Indivíduo
Reciprocidade	Elites	usam o poder de barganha	para criar competição injusta	para o Povo
Reconhecimento	Maiorias	usam costumes enviesados	para criar desrespeito cultural	do Outro

Fonte: Simmons, 2020, p. 27.

Assim como há quatro formas fundamentais de poder abusivo, também existem quatro narrativas básicas, conhecidas pelo autor como as "Quatro Grandes". Cada uma dessas narrativas é composta por dois elementos principais que a definem: uma função de protagonista e uma função de antagonista, cada uma contendo elementos de enredo e personagem. Essas narrativas formam categorias abrangentes de interpretação que podem ser consideradas como categorias da imaginação moral: A narrativa de Defesa representa a forma primitiva da imaginação securitária, representada pela frase "*O Estado está sendo ameaçado por inimigos perigosos*"; a narrativa do Consentimento reflete a forma primitiva da imaginação libertária, retratada por "*Os indivíduos racionais estão sendo coagidos pelo Estado maléfico*"; Por sua vez, a narrativa da Reciprocidade ilustra a forma primitiva da imaginação igualitária, simbolizada por "*O povo virtuoso está sendo enganado pelas Elites egoístas*"; e a narrativa de Reconhecimento oferece a forma primitiva da imaginação dignitária, descrita pela frase "*Os Destemidos grupos marginalizados estão sendo desrespeitados pelas massas ignorantes*" (Simmons, 2020).

Essas funções de protagonista e antagonista podem ser combinadas e ajustadas, obedecendo a limitações semânticas, para criar contrastes entre as quatro grandes categorias,

gerando assim novas variações narrativas fundamentais com um tema comum. Por exemplo, a narrativa que descreve como as elites utilizam seu poder de negociação para causar privação física no Estado exemplifica o que pode ser chamado de narrativa de União. Privilegiados dentro da comunidade podem provocar divisões faccionais perigosas. A dinâmica entre cada uma das quatro sentenças primitivas resulta em três variações em cada uma das quatro categorias principais, totalizando doze raízes narrativas. Eles estão listados na Tabela 2, a seguir:

	Função do Antagonista		Função do Protagonista	
	Elemento do personagem	Elemento do enredo	Elemento do enredo	Elemento do personagem
	Antagonista	Poder abusivo	Injustiça	Protagonista
Defesa	Estrangeiros	usam violência armada	para criar privação física	no Estado
União	Elites	usam o poder de barganha		
Estabilidade	Maiorias	usam costumes enviesados		
Consentimento	Governos	usam a força da lei	para criar coerção política	do Indivíduo
Propriedade	Maiorias	usam costumes enviesados		
Mérito	Estrangeiros	usam violência armada		
Reciprocidade	Elites	usam o poder de barganha	para criar competição injusta	para o Povo
Nação	Estrangeiros	usam violência armada		
Responsabilidade	Governos	usam a força da lei		
Reconhecimento	Maiorias	usam costumes enviesados	para criar desrespeito	do Outro

Libertação	Governos	usam a força da lei	cultural	
Inclusão	Elites	usam o poder de barganha		

Fonte: Simmons, 2020, p. 28-29.

Cada uma das doze raízes narrativas desempenha um papel essencial no discurso público, atuando como uma gramática moral por meio da qual os retóricos podem construir novas proposições políticas que possuam aspectos explicativos e identificáveis. Assim como a gramática de uma língua, a gramática política estabelece apenas as regras para formular sentenças. A diversidade e quantidade de sentenças que podem ser elaboradas dentro de uma gramática política são tão vastas quanto aquelas em uma gramática linguística. A gramática da raiz narrativa confere significado político e moral à sentença, porém, dado que a maioria das pessoas não concebe a vida política em termos focalizados e restritos de uma das doze raízes narrativas, os relatos empíricos reais geralmente combinam várias raízes narrativas de maneira complexa, até mesmo dentro de uma única frase. É bastante comum que documentos completos reúnam muitas, e possivelmente todas as doze raízes narrativas, em várias proporções (Simmons, 2020).

Como última observação, não há nada nas suposições subjacentes à Teoria da Raiz Narrativa que sugira que as pessoas devam ser sinceras ao narrar histórias. Embora as narrativas fundamentais combinem premissas e princípios em interpretações coerentes dos eventos humanos, presume-se que os atores sejam potencialmente tão estratégicos e manipuladores quanto seriam em qualquer outra teoria da ação política. Não é necessário supor que as pessoas contam histórias nas quais realmente acreditam; em vez disso, contam histórias que julgam que seu público deseja ouvir. Mesmo as narrativas estratégicas e manipulativas oferecem pontos de referência interessantes para o estudante de ataques de personagens, pois delineiam o terreno retórico (tanto teórico quanto avaliativo) no qual tais disputas são travadas. As estruturas presentes nos documentos empíricos são interessantes porque revelam a extensão do discurso público legítimo, bem como as premissas e princípios com os quais os atores podem construir argumentos, compartilhados pelos autores dos documentos com o público (Simmons, 2020).

3. HISTÓRICO DO CONFLITO

Antes de entrar na discussão acerca das divergências radicais sobre o conflito na região de Nagorno-Karabakh, faz-se necessário compreender a origem da animosidade das duas nações. Nesse sentido, conflitos entre Armênia e Azerbaijão possuem suas raízes durante uma parte da história da região conhecida como a sovietação da Transcaucásia.

Durante a década de 1920, a região foi tomada pelos bolcheviques russos, com a intenção de assimilá-las à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e, com isso, houve uma série de acordos criados para delimitar as fronteiras de cada região da Transcaucásia, e, no intuito de criar repúblicas que eram “nacionais na forma, socialistas no conteúdo”, há a divisão que tinha a esperança que corresse gradualmente os laços nacionalistas, que tinham sido exacerbados pela violência interétnica ocorrida nas décadas anteriores (Derlugian, 2005).

Tal fragmentação étnica nos territórios em questão, romperia os tradicionais laços familiares e de clã, deixando estes territórios mais governáveis sob a bandeira do internacionalismo proletário, ou era assim que os bolcheviques esperavam (Antaramian, Khachaturian, 2023). Não obstante, a opção de conferir um status autônomo à região não foi suficiente para prevenir a total desaprovação da Armênia. Ao longo de setenta anos sob a URSS, líderes armênios apelaram a Moscou para reverter a demarcação territorial, mas sem sucesso (Patrício e Vono, 2021). Além disso, os armênios do Oblast Autônomo de Nagorno-Karabakh (OANK) começaram a exigir a independência ou anexação à Armênia. Em 1989, a disputa por Nagorno-Karabakh se intensificou, especialmente quando uma petição, endossada por armênios de Karabakh e seguida por protestos, solicitou que a região passasse para o controle armênio.

Em reação a essa iniciativa, um massacre de armênios ocorreu em Sumgait, no Azerbaijão, seis dias após o parlamento analisar a petição, desencadeando um aumento na violência étnica no país (Cornell, 2014). A crise gerou um grande êxodo, com cerca de 180.000 armênios fugindo do Azerbaijão e 160.000 azeris deixando a Armênia (Cornell, 2017).

Nesse cenário, surgiram grupos paramilitares e a militarização do conflito se intensificou. Na Armênia, o Movimento Nacional Armênio (ANM) foi criado pela elite, que percebeu a relutância das lideranças comunistas em alterar o status quo territorial. Assim, a milícia que lutava por Karabakh tomou o poder político na Armênia nas eleições de 1990, enquanto grupos armados irregulares ganhavam força. Em contraste, a Frente Popular do Azerbaijão (APF) emergiu, adotando uma postura nacionalista e inflexível sobre o conflito com a Armênia. Em 1989, forças paramilitares da APF invadiram Baku para atacar armênios. Contudo, o Azerbaijão preferiu contar com o apoio de Moscou para manter seu controle sobre

a área contestada, sem promover o armamentismo na mesma medida que a Armênia (Cornell, 2017).

A questão de Nagorno-Karabakh ressurgiu de maneira ativa somente quando a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) começou a se desintegrar, em dezembro do ano de 1991. A dissolução da URSS deixou um vácuo de poder na região e, sem mediações diretas, os embates entre a Armênia e o Azerbaijão logo assumiram um caráter militar generalizado. A população predominantemente armênia denunciou que o governo da República Socialista Soviética Azeri estava impondo uma "azerificação" forçada da região, e, com o respaldo ideológico e material da República Socialista Soviética Armênia, iniciou um movimento para anexar o Oblast autônomo de Nagorno Karabakh – Região autônoma criada dentro da URSS e sob o domínio oficial da RSS do Azerbaijão (Cornell, 1998). É importante observar que o conflito se dá próximo às datas de independência das Nações Armênia e Azeri, criando uma brecha para que suas independências fossem razão para concretizar a anexação de Nagorno-Karabakh – independente do resultado final.

De acordo com a Human Rights Watch (1994), o conflito em Nagorno-Karabakh se agravou e se alastrou rapidamente desde seu início não oficial, em 1988, causando a morte de aproximadamente 25.000 combatentes e civis e o deslocamento de um milhão de outros. O que se iniciou com protestos que reivindicavam a união da República da Armênia com Nagorno-Karabakh, uma região de maioria armênia no Azerbaijão, se transformou em uma guerra de larga escala, essa sim uma guerra oficial, em 1992.

Em 1993, a guerra se estendeu para outras partes do Azerbaijão, à medida que forças armênicas de Karabakh, frequentemente com o suporte da República da Armênia, realizaram operações militares ofensivas maciças nas províncias habitadas por azeris ao redor de Nagorno-Karabakh. Um cessar-fogo frágil foi estabelecido em maio de 1994, mas grandes e bem armados exércitos ainda se confrontam em uma paisagem desolada e devastada nas planícies do Azerbaijão em torno de Karabakh (UN Peacemaker, 1994).

Ao final desses dois anos de combates abertos, o conflito em Nagorno-Karabakh culminou em milhares de fatalidades e aproximadamente um milhão de deslocados, fato que dificultou as relações diplomáticas entre as nações envolvidas, justamente devido ao amargor deixado, principalmente pelo massacre da população civil dos dois países. Em face do risco de um conflito tomar proporções maiores que as do momento, o Ministro da Defesa da Rússia anunciou um cessar-fogo. Os Ministros da Defesa da Armênia e do Azerbaijão, juntamente com o Comandante das Forças Armadas Armênicas em Karabakh, ratificaram o acordo, que passou a vigorar a partir de 1994 (Rupert, 2020).

Em dezembro de 1994, a Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa decidiu enviar uma força multinacional de manutenção da paz (OSCE, 1994). Durante o conflito, os exércitos da República da Armênia, da República do Azerbaijão e da autodeclarada República de Nagorno-Karabakh cometeram violações graves das normas da guerra. Tais crimes incluem deslocamento forçado, saque e incêndio de casas, sequestro e detenção de reféns, maus-tratos e execuções sumárias de prisioneiros de guerra e uso indiscriminado do poder aéreo contra alvos civis (Waal, 2003).

Após o término do conflito, Nagorno-Karabakh declarou sua independência sob a égide da Armênia. Karabakh efetivamente se integrou à Armênia, tanto em aspectos socioeconômicos quanto pela presença militar que ocupava a região (Cornell, 2014). Contudo, a comunidade internacional continuou a reconhecer o território como parte inalienável do Azerbaijão. Desde então, embora as tensões tenham diminuído, a solução do impasse se mostrou cada vez mais elusiva (Ismailzade, 2011).

Uma vez compreendido como o conflito que conhecemos se originou e sua eclosão inicial em 1988, é possível avançar no tempo, para o último grande conflito da região, o qual irrompeu no final de setembro, em 2020. Em poucas palavras, foi consequência das escaladas do conflito não resolvido sobre a região, que já vinha em uma crescente de ânimos há anos, desde 1994. Exemplo disso, duelos de artilharia ocorreram em várias ocasiões após o cessar-fogo de 1994 entrar em vigor. É dito que houve uma média de uma pessoa morta por dia na região desde 1994, totalizando mais de 1600 pessoas no início de 1999 (Cornell, 2017).

O conflito começou em 27 de setembro de 2020 e, em meio à "guerra de narrativas", permanece incerto qual nação deu início aos confrontos (Rupert, 2020). Segundo o Ministro da Defesa da Armênia, o conflito militar que reacendeu antigas tensões e abalou a estabilidade na região sul do Cáucaso teve origem com um ataque de helicópteros azeris a zonas civis da etnia armênia em Karabakh. Por outro lado, o Azerbaijão defende que sua ação foi uma resposta defensiva para remover as forças armênias que realizavam manobras em seu território, visando assim proteger seus cidadãos. Como reação ao surto de hostilidades, a Armênia instaurou lei marcial e convocou reforços para a fronteira (Aljazeera, 2020), violando a ordem internacional que reconhece a região oficialmente como parte do Azerbaijão.

A guerra durou um total de 6 semanas, até o dia 9 de novembro de 2020, quando os líderes da Armênia, do Azerbaijão e da Rússia assinaram um acordo de cessar-fogo humanitário temporário, que estabelecia o fim das hostilidades, a devolução de alguns territórios ocupados pela Armênia ao Azerbaijão, a manutenção do status quo em Nagorno-Karabakh, a abertura de

corredores de transporte entre as partes e a implantação de um contingente de manutenção da paz da Rússia na região (Kremlin, 2020).

O acordo estabeleceu, para além do cessar-fogo, que a Arménia deveria retirar as suas forças militares das regiões ocupadas desde 1994, e devolver ao Azerbaijão o controle das mesmas; que o Azerbaijão poderia manter os ganhos militares conseguidos em Nagorno-Karabakh e que Baku iria garantir a segurança do corredor de Lachin, a via que liga diretamente Karabakh ao território arménio; o regresso dos deslocados internos e refugiados ao território, a ser supervisionado pelo Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados; a troca de prisioneiros de guerra, reféns e detidos; e a abertura de todos os corredores na região, pelo que a Arménia deveria garantir a segurança dos corredores que ligam o Azerbaijão ao seu enclave de Nakhichevan, a serem reforçados com a construção de um novo corredor (Rác, 2021).

O acordo de cessar-fogo, no entanto, não encerrou o conflito, mas apenas suspendeu temporariamente as hostilidades. A questão do status político de Nagorno-Karabakh permanece em aberto, sem uma solução aceitável para as partes (Gomes, 2023). Assim como falaram os autores Bajalan, Yildiz e Davidian (2020):

Os armênios precisam entender que sem um tratado de paz final o status quo será constantemente desafiado. Isso é especialmente verdade no caso do regime de Aliyev sobreviver e precisar distrair seu povo dos problemas domésticos. No entanto, os armênios também devem reconhecer que o descontentamento e a exasperação do Azerbaijão com a falta de progresso são justificados (Bajalan, Davidian, Yildiz, 2020).

Para além dos agentes diretamente envolvidos no conflito, faz-se necessário analisar como os interesses externos afetam a capacidade de uma solução definitiva para a rusga que envolve a região de Nagorno Karabakh, e como esses interesses alteram o objetivo durante as negociações de paz. Nesse sentido, a análise de Cornell *et al* (2017) acerca do posicionamento das políticas externas da Turquia e sua postura frente aos conflitos por Nagorno-Karabakh, indica que o país tem uma clara preferência pelo lado azeri da disputa, mas suas intervenções no Sul do Cáucaso tiveram variações em diferentes momentos durante as últimas décadas.

A Rússia, por sua vez, manifesta suas influências, de raízes históricas para ambos os países, ao manter alianças militares com as duas nações simultaneamente. Desse modo, a Rússia se mantém na posição de principal fornecedor de armamentos para Arménia e Azerbaijão, mostrando que o país possui um certo interesse na manutenção do conflito regional, desde que “controlado devidamente”, fazendo com que a região permaneça dependente da relação bélica com a Rússia (Rupert, 2020). Alterando o ponto focal de agentes-nações para as

organizações internacionais, instituiu-se como indispensável verificar qual a abrangência do apoio realizado pelas OIs dentro do conflito e também se houve alguma movimentação ativa para auxiliar com as negociações pela paz da região.

Dito isso, a pedido da Bélgica, Estônia, França, Alemanha e Reino Unido, foi convocada uma reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) ao final de outubro de 2020, com o intuito de discutir o conflito em Nagorno-Karabakh. Os esforços diplomáticos para resolver o conflito foram liderados pelo Grupo de Minsk da OSCE – grupo esse, que foi criado para liderar os esforços das OSCE para auxiliar no processo de resolução da paz no conflito de Nagorno-Karabakh (SCR, 2020). Desde o último surto de violência, os co-presidentes do Grupo de Minsk emitiram várias declarações apelando pelo cessar imediato das hostilidades e ao reatamento do diálogo entre as duas nações (Minsk Group, 2021).

4. ANÁLISE TEÓRICO-EMPÍRICA

Antes de iniciar a análise propriamente dita, faz-se necessário apontar alguns passos importantes que serão dados nas próximas páginas. A proposta é mapear o conflito para determinar seus aspectos mais importantes, os atores que parecem estar melhor posicionados para falar sobre as perspectivas mais amplamente compartilhadas e os cenários mais reveladores nos quais esses atores compartilham seus relatos sobre o que está acontecendo no conflito: Por que há algo sobre o que falar - o contexto; quem são os personagens; e o cenário dos discursos, ou seja, o material representativo.

Conforme diz Simmons (2020), na maioria das vezes, as divisões são bastante claras: no caso prestes a ser analisado, é a reivindicação da nação armênia sobre o reconhecimento do território de Nagorno-Karabakh como *de facto* armênio, disposta contra a legitimidade por lei da República do Azerbaijão em relação ao mesmo território, tendo como foco os conflitos que ocorreram a partir de 2020, as críticas às violações dos direitos humanos que vieram após o cessar-fogo, das acusações de preconceito étnico e da instabilidade securitária na região.

Existem diversas formas de abordar o caso, mas esta tensão histórica entre o governo da Armênia e a República do Azerbaijão é um quadro controverso e amplamente reconhecido no âmbito internacional. As vozes principais também tendem a ser evidentes (Simmons, 2020). No Azerbaijão, pouco acontece que não seja de alguma forma sancionado ou aprovado pelo presidente do país, Ilham Aliyev. Seus discursos serão indubitavelmente o ponto principal para representar o lado azeri da história. Por outro lado, a escolha necessária para adequarmos um representante à altura, por certo é o primeiro-ministro armênio Nikol Pashinyan, responsável

por grande porção das decisões por trás da perspectiva armênia do conflito de 2020. Para este caso, o interesse dessa análise é de reconhecer as razões por trás da perpetuação do conflito na região de Nagorno-Karabakh.

Uma vez que reconhecemos o contexto e os personagens que serão objetos da análise por vir, é necessário que o material seja devidamente selecionado. Dado que o objetivo aqui é de identificar os principais pontos de divergência que se mostram definidores do conflito entre Armênia e Azerbaijão, foram definidas duas sequências cronológicas de dados que se mostram de grande valor material para esta análise. A primeira sequência se refere diretamente aos discursos oficiais proferidos pelos dois países acerca da guerra de 2020, sejam estes discursos emitidos durante o conflito, ou ainda, enunciados após o cessar-fogo, mas de conteúdo voltado puramente para o conflito em si e suas consequências, com um intervalo de dois anos. A segunda sequência de dados abrange os impasses humanitários ocorridos a partir de 2022, com a obstrução azeri do corredor de Lachin, reconhecido como o caminho mais curto entre Armênia e Nagorno-Karabakh, em que os povos residentes dos assentamentos armênios em Nagorno-Karabakh ficaram impedidos de utilizar essa via para a Armênia, assim como armênios foram restringidos de acessar o caminho inverso, causando uma série de desentendimentos entre armênios e azeris.

Ao examinar a raiz da estrutura narrativa das sequências de dados selecionados, Solon Simmons (2020) indica que é possível desenvolver insights sobre as causas profundas do conflito a ser analisado. Nesse sentido, o material selecionado será comparado a partir do ponto de vista divergente dos dois personagens políticos centrais para as duas sequências de dados: de um lado, o Primeiro-Ministro Nikol Pashinyan, representando a Armênia; de outro, o Presidente Ilham Aliyev, simbolizando o Azerbaijão. Denota-se que todo o material utilizado para esta comparação será composto exclusivamente de discursos oficiais pronunciados pelos dois representantes citados, sendo todos eles veiculados pelos canais oficiais dos respectivos governos.

De acordo com a Teoria da Raiz Narrativa:

Parte da razão pela eficiência estatística dessa teoria é o conhecimento das próprias partes sobre as características importantes do conflito; eles estão muito conscientes dos riscos envolvidos e usam seus recursos discursivos sutis para transmitir suas garantias empíricas e morais para ação no contexto. Essas garantias, a primeira explicativa e a segunda indicativa de identificação social, são captadas nas histórias que contam e podem ser representadas com um dispositivo simples denominado perfil de raiz narrativa (Simmons e Williams, s.d.).

Nesse sentido, a ideia por trás de um perfil de raiz narrativa para um texto é bastante simples. O objetivo é submeter os dados à codificação qualitativa usando as doze categorias da teoria da raiz narrativa como modelo, e depois resumir a proporção ou percentagem do texto que é coberto por esse código (Simmons, 2020). Para a pesquisa em questão, será representado visualmente em um gráfico de barras. No que se refere aos discursos dos dois representantes, é necessário apontar que quatro narrativas despontam em meio aos perfis de raiz narrativa, entre as quais duas são denotadas pelo uso quase unilateral entre os dois governos.

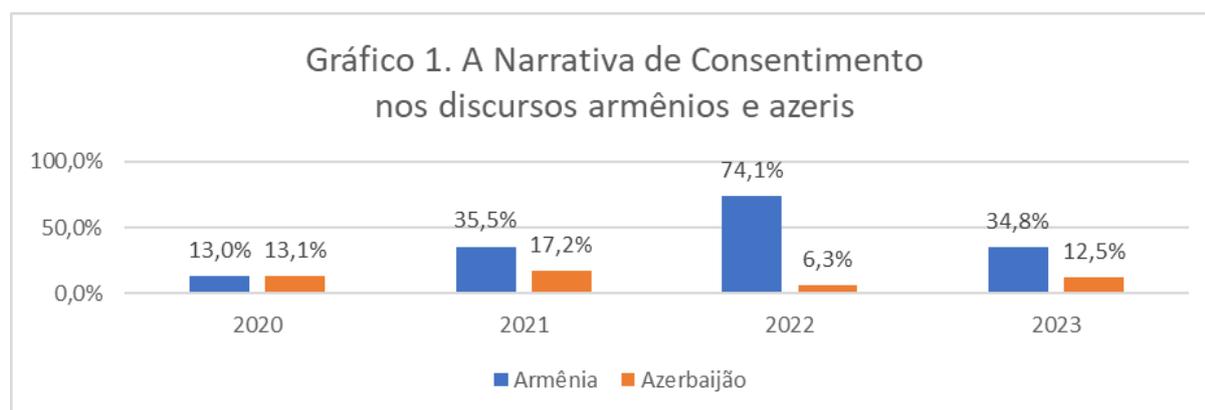
Atentemo-nos ao perfil de raiz narrativa apresentada pelo primeiro-ministro armênio Nikol Pashinyan em seus discursos oficiais, como representante oficial da Armênia. De maneira quase dobrada, quando em comparação com a narrativa do presidente Azeri, aproximadamente 30% de seus discursos se apoiam em elementos condizentes com a narrativa de Consentimento. Nessa linha narrativa, a identidade assumida pelo orador não é a do representante do “Estado”, mas sim como a de um “indivíduo racional”, componente de uma sociedade protegida pela “Lei” que afastam “Governos” que coagem as pessoas e infringem os seus direitos e liberdades individuais.

Em discursos que se apresentam dentro dessa narrativa, é o “Governo” que coage as pessoas e infringe os seus direitos e liberdades (Simmons, 2020). Este é um abuso de poder que é sancionado por alguma autoridade institucional abrangente - por vezes representado por uma única pessoa ou um grupo de pessoas. Nesse sentido, é comum que se observe apontamentos de repúdio ao exagero do governo quanto às políticas públicas, críticas às violações dos direitos humanos, etc (Simmons, Williams, s.d.). Para o caso analisado, a forma vigente é mostrada através das várias denúncias acerca das violações de Direitos Humanos ocasionadas pelo conflito, conforme o excerto a seguir:

A situação em Nagorno-Karabakh só pode ser chamada de crise humanitária. Além disso, essa crise surgiu como resultado do incumprimento por parte do Azerbaijão das suas obrigações internacionais. Como já foi dito muitas vezes, o encerramento do Corredor de Lachin é uma violação direta e grosseira da declaração trilateral de 9 de novembro de 2020 do Azerbaijão, simplesmente porque, de acordo com o ponto 6, o Corredor de Lachin está sob o controle das tropas de peacekeeping da Federação Russa em Nagorno-Karabakh enquanto a República do Azerbaijão garante a segurança da circulação de cidadãos, veículos e carga através do Corredor Lachin. Esta é uma citação direta da Declaração Trilateral de 9 de Novembro. E essa declaração é um documento sob o qual o presidente do Azerbaijão também assinou (Armênia, 2022).

Dado o formulação regular das acusações armênias de abuso estatal por parte da República do Azerbaijão, é possível observar no gráfico a seguir como, não só os elementos de

uma narrativa de consentimento fazem parte do discurso do primeiro-ministro armênio, mas como esses elementos têm sido cada vez mais utilizados com o passar dos anos.



Fonte - Elaborado pelo autor.

A partir do gráfico 1 acima, é viável compreender como os discursos de ambas partes utilizaram elementos da narrativa do consentimento e, para além disso, como articularam as denúncias aos abusos de poder em forma de violações aos direitos humanos universais. Seguindo o gráfico pela ordem cronológica, é possível monitorar como o Estado da Armênia tem, ano após ano, impulsionado narrativas que denotam os elementos de uma caracterização em que o Azerbaijão se torna um Estado capaz de subtrair os direitos humanitários do povo armênio, principalmente em Nagorno-Karabakh, como exemplificado no excerto abaixo:

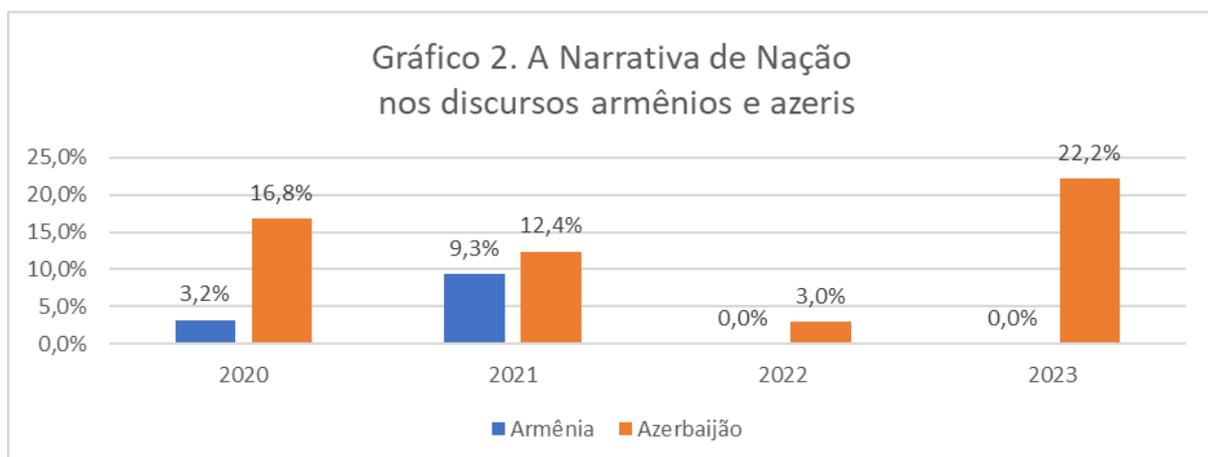
A guerra que durou quarenta e quatro dias ceifou a vida de vários milhares de pessoas. Dezenas de milhares de moradores de Nagorno-Karabakh foram deslocados. A agressão foi acompanhada por numerosas violações graves do direito internacional por parte das forças armadas do Azerbaijão, incluindo ataques deliberados a civis e infra-estruturas vitais, execuções extrajudiciais de prisioneiros de guerra e reféns civis, tortura e muitos outros crimes documentados. Como resultado destas ações, nas partes de Nagorno-Karabakh, que ficaram sob o controle do Azerbaijão, o povo armênio foi submetido a uma limpeza étnica completa (Armênia, 2021).

Em contraste ao gráfico 1 e à narrativa apresentada acima, é interessante notar como os discursos do Presidente Azeri Ilham Aliyev apresentam elementos atrelados à narrativa de Nação. Essa informação nos é interessante justamente porque a mesma “Lei” que protege o “Indivíduo racional” na narrativa de Consentimento, na realidade lhes permite tornarem as “Elites Egoístas” que enganam e roubam as massas, ou seja, há uma inversão dos papéis de protagonismo e antagonismo ao trocarmos a narrativa. Estas elites egoístas são indivíduos que, na visão de mundo igualitária, não só acumulam riqueza, mas também se esforçam para puxar as alavancas do sistema econômico e político de modo a permitir a acumulação em primeiro

lugar. Na narrativa de Nação, o povo nacional é privado do que é seu por direito por “Estrangeiros”. Assim como nas visões de mundo securitárias e libertárias, os “Estrangeiros” são aquelas pessoas ou grupos de pessoas que são vistos como sendo fundamentalmente diferentes dos protagonistas da história. Estes inimigos são estranhos ao modo de vida do “Povo Virtuoso” e procuram roubar ao povo tanto as oportunidades como os resultados (Simmons, Williams, s.d.). Nesse sentido, o perfil de raiz narrativa é capaz de nos mostrar um ponto de conflito entre os discursos armênios e azeris, uma vez que 14,6% dos discursos do Presidente do Azerbaijão possuem elementos da narrativa de Nação, caracterizadas nos discursos azeris em maior parte como denúncias contra a depravação da identidade nacional do Azerbaijão e seu povo, como podemos ver no trecho a seguir:

A população armênia de Karabakh é nossa cidadã. Nacionalistas armênios, criminosos de guerra e os *ditos líderes* da Armênia e de Karabakh tomaram estas pessoas como reféns e envenenaram os seus cérebros. Eles inventaram mentiras intermináveis sobre o Azerbaijão e o seu povo, fizeram lavagem cerebral e envenenaram-nos (Azerbaijão, 2023).

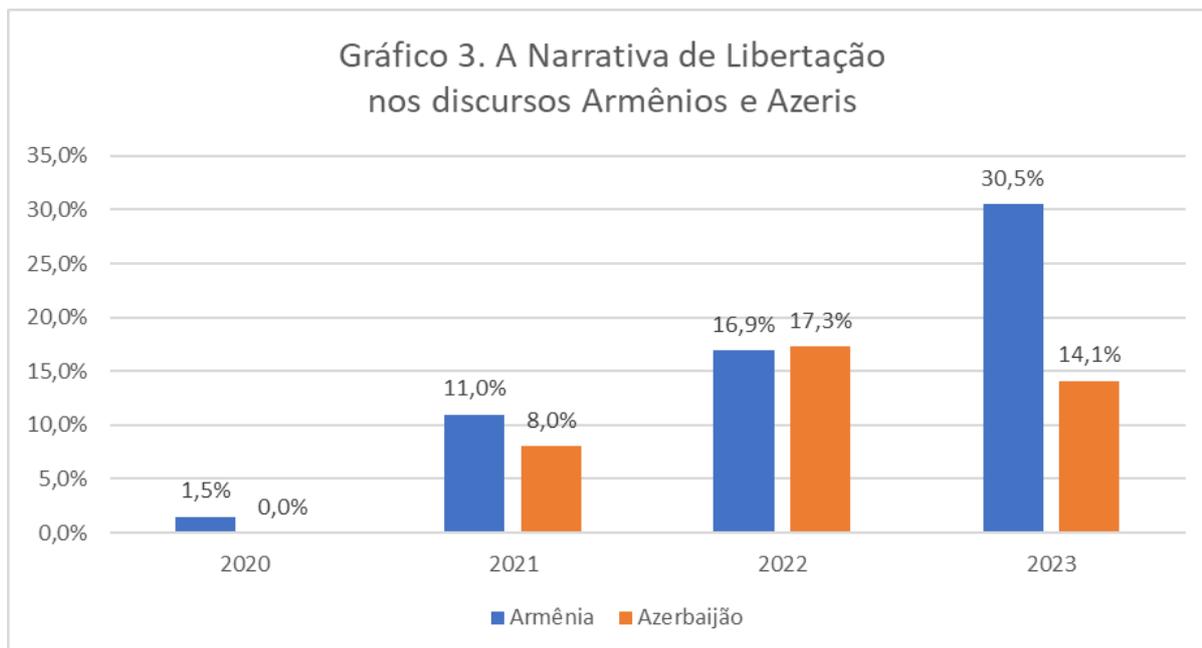
Visto isso, é possível compreender como esses elementos narrativos se contrapõem diretamente com a narrativa de consentimento fornecida pelos discursos de Pashinyan, uma vez que as reivindicações armênias envolvendo os direitos garantidos por lei se tornam, pelo ponto de vista da narrativa de Nação, um meio de burlar e enganar o povo azeri, enquanto abusam do aparato legal para corromper ideais nacionais do Azerbaijão. Para além disso, nota-se como essa narrativa aumenta em quantidade quando impasses mais acirrados entre as duas nações ocorrem, manifestadas visualmente no gráfico 2, a seguir:



Fonte - Elaborado pelo autor.

Se por um lado, os perfis de raiz narrativa dos dois líderes possuem elementos narrativos diretamente conflitantes - narrativas de consentimento e nação - que denotam uma clara divergência narrativa entre os discursos dos governos da Armênia e do Azerbaijão, há também outras duas, ainda mais presentes que as duas narrativas já expostas, que nos apresentam determinado alinhamento, ou justaposição, entre os elementos narrativos existentes nos discursos de Pashinyan e Aliyev. Como nenhum dos lados é exclusivamente movido a partir das ameaças narrativas do seu respectivo adversário - e aqui, nota-se que os adversários em questão são os dois representantes supracitados - há pouco espaço para colaboração entre as duas nações para um cessar definitivo para o conflito, na medida em que é analisado pela ótica das narrativas conflitantes de consentimento e nação apresentadas. Todavia, Tanto o primeiro ministro armênio Nikol Pashinyan quanto o presidente azeri Ilham Aliyev fazem uso frequente de elementos que vão de encontro com duas raízes narrativas, uma de natureza dignitária e outra, essa mais importante, de natureza securitária. É possível que essas duas justaposições narrativas sejam capazes de fornecer indicadores para compreender pontos em comum nas preocupações das duas nações e, usando esses artifícios como ponto de abertura, apresentem-se caminhos para a cooperação pela paz na região.

Isto posto, o gráfico 3 abaixo exhibe o uso relativo de elementos condizentes à narrativa de Libertação, presente em discursos dos dois representantes nacionais. Como é capaz de ser observado, há uma determinada utilização dessa raiz narrativa em ambos os países, representando 11,1% dos discursos de Pashinyan analisados, enquanto para os discursos de Aliyev, essa narrativa compõe 5,9% dos discursos em geral.



Fonte - Elaborado pelo autor.

Relativo à narrativa de libertação, a identidade assumida pelo orador não é a de governante de um Estado, mas a de membro de um grupo nacional oprimido. Por exemplo, é comum que o orador em questão aponte para abusos perpetrados por estruturas estatais existentes que são dirigidos a membros do grupo marginalizado, seja racial, de gênero, nacional ou outro. Nessa narrativa, o “Governo” é a fonte do desrespeito e abuso pelo “Grupo destemido marginalizado”. Como representante de alguma autoridade institucional mais ampla, o “Governo” codificou o desrespeito do grupo marginalizado, o que por sua vez essencializa o grupo marginalizado num “Outro” permanentemente estrangeiro. A única forma de remediar este abuso de poder, então, é libertar o grupo deste desrespeito codificado (Simmons, Williams, s.d.).

Para a análise em questão, há uma relação feita pelas duas partes quando utilizam essa narrativa, sendo essa a de codificar a vítima do abuso de poder, o grupo marginalizado, como a população de Nagorno-Karabakh, como apresentado nas passagens a seguir:

Quero esclarecer mais uma vez a nossa posição relativamente à possível transferência dos nossos compatriotas de Nagorno Karabakh para a República da Armênia. [...] Este também é um ponto importante, que o nosso plano “a” não é despovoar Nagorno Karabakh, ou seja, evacuar os nossos compatriotas de Nagorno Karabakh não é o nosso plano “a”, temos de fazer tudo para que os nossos compatriotas, Os moradores de Nagorno Karabakh têm a oportunidade de viver em suas casas sem medo, com dignidade e segurança. E de facto, a principal ênfase que teve lugar no Conselho de Segurança da ONU, sobre o qual houve praticamente consenso, foi sobre isto, e deveríamos guiar-nos por esta lógica (Armênia, 2023a).

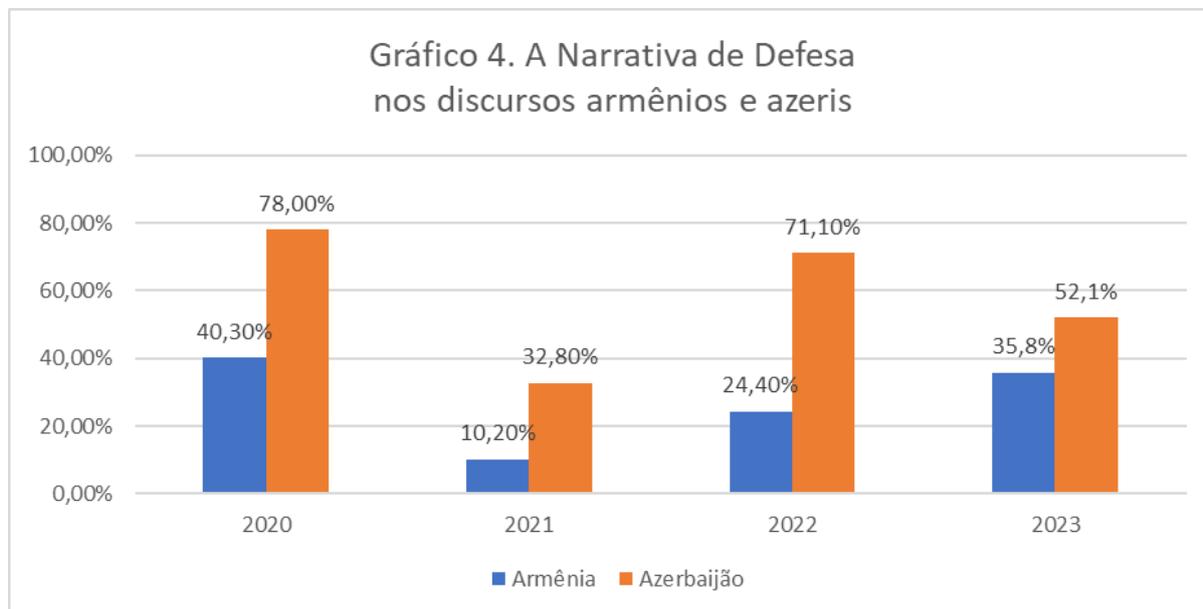
Karabakh é território do Azerbaijão e o mundo inteiro sabe disso, incluindo a própria liderança armênia. Enquanto ele disse uma vez, "Karabakh é a Armênia, ponto final", agora ele diz, "Karabakh é o Azerbaijão"[...] Depois que a Armênia reconheceu Karabakh como parte integrante do Azerbaijão, que status pode o regime criminoso que tem dado as ordens em Karabakh há 30 anos? Que atributos de estado podem existir? Que eleições podem haver? Apesar de todos os acordos verbais trilaterais alcançados após a Segunda Guerra de Karabakh, falsas "eleições" foram realizadas em Karabakh em 9 de setembro, e um falso "presidente" foi eleito. Essa pessoa imediatamente declarou que iria prosseguir com a questão do status. Talvez eles tenham esquecido minhas palavras (Azerbaijão, 2023)

É necessário constatar como os dois perfis narrativos, mesmo que presentes sob a codificação de uma narrativa de Libertação, moldam seus discursos de formas diferentes. Por um lado, a narrativa de Liberação por parte da Armênia procura usar todos seus esforços para reivindicar a luta pela autodeterminação nacional de Nagorno-Karabakh. Enquanto isso, a narrativa de Liberação por parte do Azerbaijão demonstra como o Estado armênio usa seus subterfúgios para conseguir domínio sob o território azeri e, nesse sentido, apela à abolição de sistemas de poder que visam os grupos específicos dessa mesma região. Em outras palavras, enquanto a Armênia entende que o grupo dos povos de Nagorno-Karabakh se encontram em garras colonizadoras do Azerbaijão, o próprio Azerbaijão compreende que o povo de Nagorno-Karabakh sofre pelo desrespeito criminoso por parte da Armênia, como citado acima.

Por fim, mas não menos importante, a abordagem mais usada pelas duas nações em questão nos seus discursos é, indubitavelmente, a narrativa de defesa. Ao aplicar a teoria da Raiz Narrativa em análises que buscam compreender contextos de conflitos armados, a narrativa de Defesa será aquela que, na grande maioria dos casos, se apresenta como estrutura narrativa majoritária. Nessa linha narrativa, o orador assume a identidade do representante legítimo do Estado, complementando-se com os direitos à soberania que acompanham esse status. No lado antagonista, a ameaça advém de "inimigos perigosos". Estas são pessoas ou grupos que são interpretados como algum "Estrangeiro" nefasto que não pertence, e não deveria, ao eleitorado leal do "Estado". Os esforços para remediar a injustiça se concentram na proteção contra esta ameaça externa (Simmons, Williams, s.d.).

No que tange o aspecto contextual, os elementos da narrativa de Defesa permeiam todos os quinze discursos oficiais analisados, justamente pois a base da divergência radical entre Armênia e Azerbaijão se encontra em uma visão securitária - exemplificada nesta análise a partir dos conflitos de 2020 (2ª Guerra de Nagorno-Karabakh) e os impasses de 2022-2023 (Obstrução do corredor de Lachin). Estatisticamente, a estrutura narrativa de Defesa possui elementos que participam de 33% dos discursos armênios e mais ainda no Azerbaijão, com

63,8% de todo o volume material de seus discursos analisados. Para além disso, nota-se um aumento consistente nos anos em que tensões securitárias ocorrem, como é possível ver no gráfico 4, abaixo:



Fonte - Elaborado pelo autor.

A partir dos dados apresentados acima, torna-se notável como a narrativa de Defesa se faz presente na maioria dos discursos em ambos os perfis de raiz narrativa, com destaque para o fato de que é a narrativa mais utilizada entre todas as apresentadas durante a análise. Isso apenas apresenta o fato de que as questões em torno da segurança nacional são o cerne narrativo para compreender a perpetuação de uma conjuntura radicalmente divergente entre os dois países. De modo a exemplificar, seguem abaixo dois excertos retirados de discursos proferidos por ambas as partes, tendo como contexto a segunda guerra de Nagorno-Karabakh, em 2020:

Estamos diante de um capítulo fatídico de nossa história. O objetivo que os bandidos turcos-azerbaidjanos perseguem não é resolver uma tarefa militar ou político-militar. Eles não estão aqui para tratar de Karabakh ou da questão de Karabakh. Não vieram com o objetivo de capturar territórios, aldeias, cidades. O seu alvo principal é a nação armênia. O seu objetivo é prosseguir a sua política genocida. E eles se propuseram a tarefa de completar o Genocídio Armênio (Armênia, 2020).

O Estado Armênio será definitivamente responsabilizado por estes crimes de guerra. Mais uma vez, o mundo inteiro pode ver que tipo de selvagens enfrentamos. [...] Estamos lutando na nossa própria terra. A justiça está do nosso lado, a lei internacional está do nosso lado, a justiça histórica está do nosso lado. Temos de restaurar a nossa integridade territorial, expulsar os ocupantes das nossas terras e assegurar a soberania do nosso país. Estou confiante de que conseguiremos isso. Mas isto, claro, exige grande

responsabilidade, coragem e disciplina por parte de cada oficial (Azerbaijão, 2020).

Diante das passagens acima, é factível depreender como as narrativas se alinham com o mesmo objetivo - culpabilizar o Estado inimigo pela guerra e, ainda, salientar como as ações militares perpetradas são abomináveis. Isso posto, entende-se que a questão de maior divergência narrativa se encontre justamente nessa similaridade nos discursos. Uma vez que ambos os países compreendem a região de Nagorno-Karabakh e seu povo como parte de suas respectivas nações, as reivindicações pelo território se tornam combustível para perpetuação de conflitos. Nesse sentido, é possível observar as consequências disso com a intensificação de impasses pela obstrução no corredor de Lachin, a partir de 2022, como apresentado nos fragmentos a seguir:

Como resultado de medidas antiterroristas locais de curto prazo, gostaria de observar mais uma vez que a maioria das armas e equipamentos do inimigo foram incapacitados. Devo também afirmar que mais de uma centena de tanques e veículos blindados pertencentes ao Exército Armênio estavam ilegalmente estacionados no território do Azerbaijão. Sistemas de guerra eletrônica foram implantados. Mais de duzentos canhões e instalações de artilharia, os mais avançados equipamentos antiaéreos, foram implantados. Ao contrário da Declaração Trilateral de 10 de novembro de 2020, a Armênia não retirou as suas forças armadas, mão-de-obra e equipamento do nosso território durante três anos (Azerbaijão, 2023).

O êxodo dos armênios de Nagorno-Karabakh como parte da política de limpeza étnica implementada pelo Azerbaijão continua. Análises mostram que não haverá mais armênios em Nagorno Karabakh nos próximos dias. Trata-se de um ato direto de limpeza étnica e privação da nossa pátria, algo para o qual temos vindo a alertar a comunidade internacional há muito tempo. [...], nosso principal dever hoje é acomodar nossos irmãos e irmãs deslocados à força de Nagorno Karabakh da maneira mais cuidadosa e atender às suas necessidades mais urgentes. (Armênia, 2023b).

A narrativa de Defesa, no contexto apresentado acima, nos mostra mais uma vez como as duas lideranças moldaram seus discursos para reivindicar a legitimidade no emprego de forças armadas, alegando o direito de proteger seu povo da ameaça inimiga que está sempre desrespeitando as fronteiras nacionais - estas, sempre em divergência entre as duas nações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente artigo teve como intuito principal a apresentação e investigação analítica das possíveis causas que servem como obstáculos para uma paz duradoura na região de Nagorno-Karabakh, através do poder que as estruturas narrativas políticas, tanto da Armênia quanto do Azerbaijão, possuem na perpetuação desse conflito, fundamentada através da ótica da Teoria de Raiz Narrativa de Solon Simmons (2020).

Nesse sentido, o presente artigo foi construído a partir de um esforço de compreender o conflito de Nagorno-Karabakh, sua história e como as narrativas presentes em cada uma das duas nações influenciaram na perpetuação dessa disputa. Dessa maneira, é relevante salientar que a apresentação dos resultados analíticos é baseada no empenho de destacar os aspectos narrativos que são capazes de impossibilitar ou, ao menos, inibir o progresso nas discussões de paz para a região em questão.

Assim sendo, a implementação da teoria da Raiz Narrativa para com a análise dos discursos oficiais da Armênia e Azerbaijão, proferidos entre 2020 e 2023, foi capaz de gerar perfis de raízes narrativas, que servem como um retrato das principais perspectivas dos oradores acerca do contexto apresentado - o conflito em Nagorno-Karabakh. Quando postos frente a frente, é possível observar pontos de divergência entre as narrativas, representados aqui pelas estruturas narrativas de “Consentimento” e “Nação” (Simmons, 2020)- em que a Armênia, na condição de vítima, acusa o governo azeri de violações de direitos humanos universais, enquanto o povo azeri, representado pelos discursos oficiais do presidente Ilham Aliyev, demonstram que essas reivindicações legais são um meio de abuso do aparato legal internacional, com a intenção de corromper os ideais nacionais do Azerbaijão.

Para além disso, há também os pontos apresentados que indicam determinada justaposição ideológica em suas narrativas, estas, representadas pelas estruturas narrativas de “Libertação” e “Defesa” (Simmons, 2020). No que se refere à narrativa de Libertação, nos foi apresentado como os dois países compreendem, nos termos desta narrativa, que os povos de Nagorno-Karabakh como marginalizado e, nesse sentido, entendem a causa das injustiças à esse povo como condizente ao abuso de poder do Estado inimigo para garantir a “colonização” dos povos e do território. De maneira breve, Armênia compreende que o Azerbaijão impede a região de Nagorno-Karabakh de reivindicar a luta pela autodeterminação nacional e garantir seu status independente, enquanto o Azerbaijão expõe como o Estado armênio usa de subterfúgios para conseguir domínio sob o território azeri *por direito* e, nesse sentido, apela à abolição de sistemas de poder que visam os grupos dessa região.

Enfim, no que tange a narrativa de Defesa, nos é revelado que um julga o outro pelos conflitos já ocorridos, pelo mesmo motivo que os atuais ocorrem e, provavelmente, os

próximos também. Com isso, quero dizer que a narrativa de Defesa invoca a necessidade do orador, o Estado, compreender suas limitações territoriais e sua identidade como nação e, nesse sentido, as duas nações assimilam a região de Nagorno-Karabakh como parte de seus territórios oficiais e também parte constituinte de sua identidade como nação. A consequência, portanto, dessa justaposição ideológica e narrativa, será justamente a continuação dos conflitos armados, enquanto forem possíveis ou benéficos para um dos países, ou ainda, ambos.

À vista dessas observações, a hipótese inicial - de que as narrativas disseminadas pelas duas nações contribuem na perpetuação das animosidades, através de elementos que impossibilitam a abertura para a possibilidade de discussões otimistas acerca de acordos de paz duradouros, muito menos definitivos. - parece ser factível, levando em consideração os resultados apresentados ao longo do presente artigo. Com vistas à pesquisas futuras e compreensão mais aprofundada do conflito em tela, sugere-se uma ampliação do escopo temporal de análise das estruturas narrativas, o que poderia nos apresentar o quão presentes estas estão na história dessa disputa.

6. REFERÊNCIAS

ANTARAMIAN, Richard; KHACHATURIAN, Rafael. **Azerbaijan's Ethnic Cleansing of Nagorno-Karabakh Is Fueled by Regional Power Struggles**. Yerevan: Jacobin, 28 set. 2023. Disponível em: <<https://jacobin.com/2023/09/azerbaijan-nagorno-karabakh-armenian-ethnic-cleansing>>. Acesso em: 18 fev. 2024.

ARMÊNIA. **Address to the Nation by Prime Minister Nikol Pashinyan**. 03, out. 2020. Disponível em: <<https://www.primeminister.am/en/statements-and-messages/item/2020/10/03/Nikol-Pashinyan-message/>>. Acesso em: 01 mar. 2024.

ARMÊNIA. **As a result of the ethnic cleansing policy implemented by Azerbaijan, the exodus of NK Armenians continues, it is our duty to receive our brothers and sisters with care. Prime Minister**. 28, set. 2023. Disponível em: <<https://www.primeminister.am/en/statements-and-messages/item/2023/09/28/Cabinet-meeting-Speech/>>. Acesso em: 01 mar. 2024.

ARMÊNIA. **Azerbaijan continuously implements the policy of “Nagorno-Karabakh without Armenians” and we must do everything so that it receives a proper international assessment**. PM Pashinyan. 15, dez. 2022. Disponível em: <<https://www.primeminister.am/en/statements-and-messages/item/2022/12/15/Cabinet-meeting-Speech/>>. Acesso em: 01 mar. 2024.

ARMÊNIA. **Speech of Prime Minister of Armenia at the General Debate of the 76th Session of the UN General Assembly**. 24, set. 2021. Disponível em: <<https://www.primeminister.am/en/statements-and-messages/item/2021/09/24/Nikol-Pashinyan-Speech-at-the-76th-General-Assembly-of-the-Unite/>>. Acesso em: 01 mar. 2024.

ARMÊNIA. **The Prime Minister refers to the humanitarian and military-political situation established in Nagorno-Karabakh.** 22, set. 2023a. Disponível em: <<https://www.primeminister.am/en/statements-and-messages/item/2023/09/22/Cabinet-meeting-Speech/>>. Acesso em: 01 mar. 2024.

AVRUCH, Kevin. . **Context and pretext in conflict resolution: Culture, identity, power, and practice.** New York: Routledge, 2015. <https://doi.org/10.4324/9781315635446>

ALJAZEERA. **Azerbaijan celebrates Nagorno Karabakh victory.** dez. 2020. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/12/10/azerbaijan-celebrates-nagorno-karabakh-victory-erdoganattends>. Acesso em: 22 fev, 2024.

AZERBAIJÃO. **Ilham Aliyev addressed the nation.** 20, set. 2023. Disponível em: <<https://president.az/en/articles/view/61113>>. Acesso em: 02 mar. 2024.

AZERBAIJÃO. **Speech by Commander-in-Chief Ilham Aliyev at the operational meeting of the Central Command Post of Ministry of Defense.** 25, out. 2020. Disponível em: <<https://president.az/en/articles/view/44371>>. Acesso em: 02 mar. 2024.

BAJALAN, Djene, YILDIZ, Sara Nur; DAVIDIAN, Vazken Khatchig. **O que de fato move o conflito entre Azerbaijão e Armênia.** Jacobin Brasil, São Paulo, 17 out. 2020. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2020/10/o-que-de-fato-move-o-conflito-entre-azerbaijao-e-armenia/>>. Acesso em: 17 fev. 2024.

BURKE, Kenneth. **A grammar of motives.** 1ª ed. Berkeley: University of California Press, 1969. <https://doi.org/10.1525/9780520341715>

CORNELL, Svante E. Turkey and the conflict in Nagorno Karabakh: a delicate balance. **Middle Eastern Studies.** Londres, v. 34, n.1, p.51-72, 1 jan. 1998. <https://doi.org/10.1080/00263209808701209>

CORNELL, Svante. **The Nagorno-Karabakh Conflict.** Department of East European Studies. Uppsala University, n. 46, p. 1-164, 2014. Disponível em: https://is.muni.cz/el/1423/podzim2012/MVZ208/um/35586974/Cornell_The_Nagorno-Karabakh_Conflict.pdf. Acesso em: 21 fev. 2024.

CORNELL, Svante E. et al. **The Internacional Politics of the Armenian-Azerbaijani Conflict: The Original “Frozen Conflict” and European Security.** Nova York: Palgrave Macmillan, 2017. p. 227. Disponível em: <<https://www.palgrave.com/gp/book/9781137600042>>. Acesso em: 19 fev. 2024. <https://doi.org/10.1057/978-1-137-60006-6>

DERLUGUIAN, Georgi M. The Nationalization of Provincial Revolutions. In: _____. **Bourdieu's Secret Admirer in the Caucasus: A World-System Biography.** Chicago: The University of Chicago Press, 2005. p. 166-218. <https://doi.org/10.2307/20031818>

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: Nascimento da Prisão.** Lisboa: Leya, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura: Na Idade Clássica.** 1ª ed. Perspectiva, 2019.

FRASER, Nancy. **Scales of justice: Reimagining political space in a globalizing world.** New York: Columbia University Press, 2009. <https://doi.org/10.1111/j.1527-2001.2011.01253.x>

GERTH, Hans H.; MILLS, Charles W. **From Max Weber: Essays in sociology**. 1ª ed. Londres: Oxford University Press, 1948. <https://doi.org/10.4324/9780203759240>

GIDDENS, Anthony. **The nation-state and violence**. 1ª ed. Berkeley: University of California Press, 1987.

GOMES, João. O Conflito no Nagorno-Karabakh – Análise do Statu Quo após a Guerra de 2020. **Conflitos e Disputas Regionais**. Lisboa, v.164, n.1, p.71-94, abr. 2023.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Azerbaijan: Seven Years of Conflict in Nagorno-Karabakh**. 1 Dez. 1994. Disponível em: <<https://www.hrw.org/report/1994/12/01/seven-years-conflict-nagorno-karabakh>>. Acesso em: 19 fev. 2024.

ISMAILZADE, Fariz. The Nagorno-Karabakh Conflict: Current Trends and Future Scenarios. **Istituto Affari Internazionali**, p. 1-11, 1 nov. 2011. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/resrep09790?Search=yes&resultItemClick=true&searchText=nagorno+karabakh+conflict&searchUri=%2Faction%2FdoBasicSearch%3FQuery%3Dnagorno%2Bkarabakh%2Bconflict%26so%3Drel&ab_segments=0%2Fbasic_SYC-5187_SYC-5188%2F5187&refreqid=fastly-default%3A27563b504044013721e8fa494639a60b&seq=3#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 22 fev, 2024.

KREMLIN. **Statement by President of the Republic of Azerbaijan, Prime Minister of the Republic of Armenia and President of the Russian Federation**. 10 nov. 2020. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/news/64384>>. Acesso em: 19 fev. 2024.

LOUREIRO, Heitor; PORTO, Pedro Bogossian. A guerra de Nagorno-Karabakh: as disputas em torno dos conceitos de ‘vítima’ e ‘genocídio’ no tempo presente. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 32, p. e0111, 2021. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180313322021e0111>. Acesso em: 21 fev. 2024. <https://doi.org/10.5965/2175180313322021e0111>

MANN, Michael. **The sources of social power: A history of power from the beginning to A.D. 1760**. 1ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511570896>

MINSK GROUP. **Joint Statement by the OSCE Minsk Group Co-Chair Countries**. OSCE: Washington/Moscou/Paris, 7 dez. 2021. Disponível em: <<https://www.osce.org/minsk-group/507320>>. Acesso em: 18 fev. 2024.

OSCE. **Budapest Document 1994: Towards a Genuine Partnership In a New Era**. Budapeste: OSCE, 21 dez. 1994. Disponível em: <<https://www.osce.org/files/f/documents/5/1/39554.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2024.

PATRÍCIO, Isadora; VONO, Gabriella. As buscas pelo cessar-fogo e as hostilidades em Nagorno-Karabakh. In: OAC (Brasil). **Observatório de Análise de Conjuntura**, 11 mar. 2021. Disponível em: <<https://oacconjuntura.wordpress.com/2021/05/11/as-buscas-pelo-cessar-fogo-e-as-hostilidades-em-nagorno-karabakh/>>. Acesso em: 21 fev. 2024.

RÁCZ, A. In Russia’s Hands: Nagorno-Karabakh after the ceasefire agreement. **EUISS Conflict Series**, Brief 8, abr. 2021. pp. 1-8. <https://doi.org/10.2815/643685>

RUPERT, James. *A Fire in the Garden: Can We End the Nagorno- Karabakh War?*. U.S. **Institute of Peace**, p. 1-4, 1 out. 2020.

SCR. **Nagorno-Karabakh Consultations**. Nova York: Security Council Report, 19 out. 2020. Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org/whatsinblue/2020/10/nagorno-karabakh-consultations.php?utm_medium=email&utm_campaign=19%20October%202020%20Campaign%201&utm_content=19%20October%202020%20Campaign%201+CID_8dca47647e3dc22ff9c3a6b5e0712168&utm_source=Email%20Newsletter&utm_term=Nagorno-Karabakh%20Consultations.>. Acesso em: 19 fev. 2024.

SHAPIRO, Daniel. **Negotiating the nonnegotiable: How to resolve your most emotionally charged conflicts**. Londres: Penguin, 2017.

SIMMONS, Solon. **Root narrative theory and conflict resolution: Power, justice, and values**. New York: Routledge, 2020. <https://doi.org/10.4324/9780367822712>

SIMMONS, Solon; WILLIAMS, Audrey. **Root Narrative Theory (RNT): a theory about abuses of power and how to rectify them**. s.d. Disponível em: <<https://tntlab.carterschool.gmu.edu/learn/narrative-transformation-guides/guide-root-narrative-theory/#TOC>>. Acesso em: 02 fev. 2024.

UN PEACEMAKER. **Bishkek Protocol**. 05 de maio, 1994. Disponível em: <<https://peacemaker.un.org/armeniaazerbaijan-bishkekprotocol94>>. Acesso em: 19 fev. 2024.

WAAL, Thomas de. **Black Garden: Armenia and Azerbaijan Through Peace and War**. Nova York: NYU Press, 2003. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=jycTCgAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 20 fev. 2024. <https://doi.org/10.2307/20033795>

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. 4^a ed. Brasília: UnB, 2015.